



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Curso de Pós- Graduação de

Especialização

Gestão Estratégica em Políticas Públicas

GEPP-4

**"AS OCUPAÇÕES HABITACIONAIS NO MUNICÍPIO DE ITAPETINGA
ENCONTRAM-SE EM SITUAÇÃO PRECÁRIA"**

SÃO PAULO

2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESTRATÉGICA

DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Integrantes

Fábio Alves Medeiros

Eduardo José Mecatti

Silvio Carlos Lima

Queli Cristina Ribeiro da Silva

**(AS OCUPAÇÕES HABITACIONAIS NO MUNICÍPIO DE ITAPETININGA
ENCONTRAM-SE EM SITUAÇÃO PRECÁRIA).**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial para obtenção do certificado de
conclusão do Curso de Especialização em Gestão
Estratégica de Políticas Públicas.

(Monitor: Rafael Balseiro Zim)

São Paulo

Março/2015

PARTE 1 – IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA	4
PARTE 2 – COMENTÁRIO ANALÍTICO DOS NÓS EXPLICATIVOS.....	7
PARTE 3 – ÁRVORE DO PROBLEMA	9
PARTE 4 - PLANO DE AÇÃO	11
PARTE 5 – ANÁLISE DE ATORES	14
PARTE 6 -ANALISE DE RISCOS E FRAGILDADES.....	18
PARTE 7- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
PARTE 8 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	25

PARTE 1 – IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA

SITUAÇÃO PROBLEMA

- **As ocupações habitacionais no município de Itapetininga encontram-se em situação precária.**

ATOR QUE O DECLARA:

- **Secretaria Municipal de Planejamento, através de seu departamento de habitação social.**

JUSTIFICATIVA

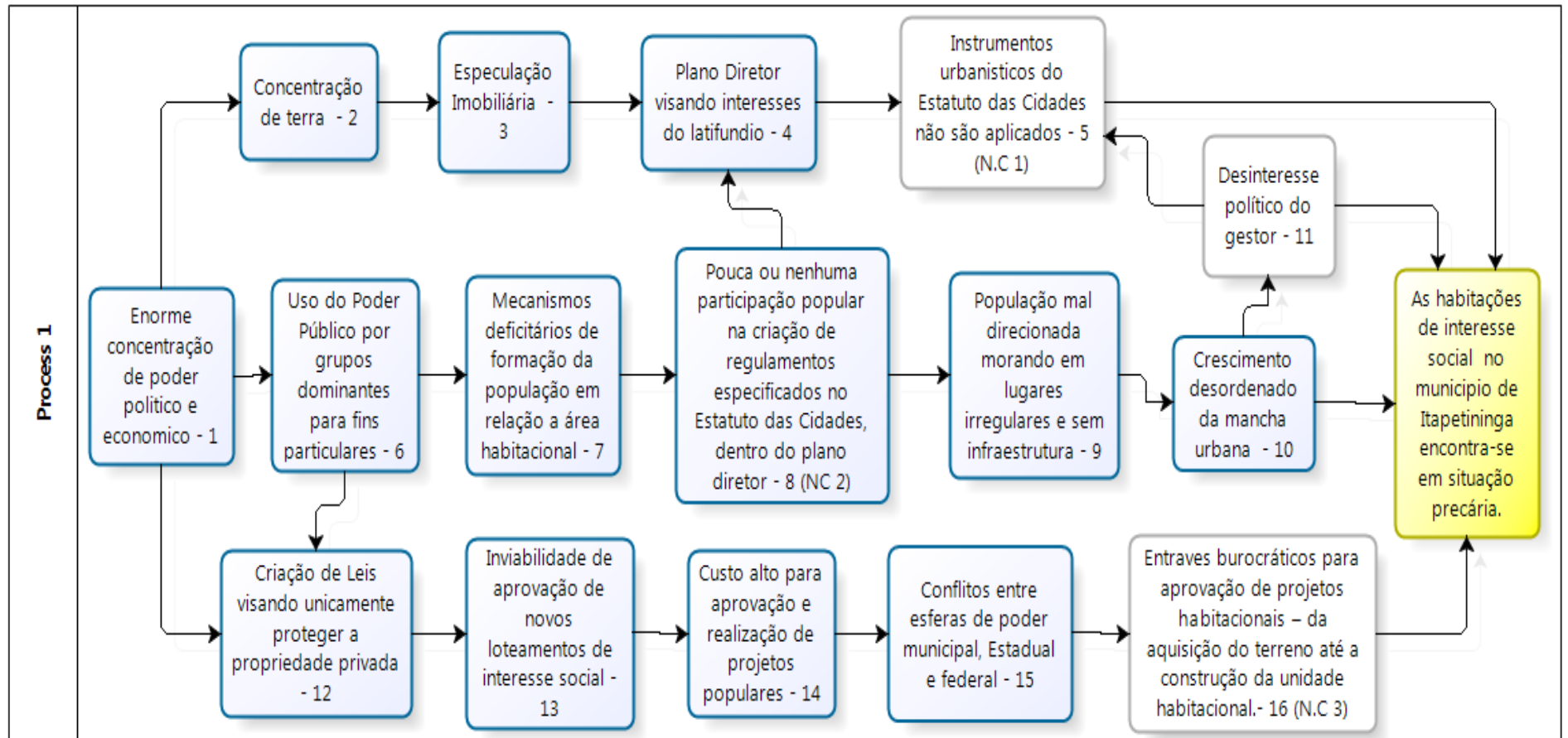
O tema sobre moradia nos chamou atenção na aula presencial por ser um dos principais projetos de inclusão social do governo dos Partidos dos Trabalhadores – PT, visando suprir a necessidade por moradia da população de baixa renda. Considerando que a moradia é o cerne para uma vida mais digna e base da construção da família, bem como um problema latente no Brasil. Depois de analisar o tema e trazer para nossa realidade, ou seja, para nossos municípios, observamos que o excesso de burocratização, incluído o demasiado arcabouço de instrumentos jurídicos criados pelo Estado herdado para a defesa da propriedade, que não são capazes de concretizar e socializar o acesso a terra combatendo o acúmulo de propriedades que não cumprem a sua função social, bem como a falta de compromisso de nossa elite econômica, e principalmente do Governo atual do Estado de São Paulo com a moradia popular, chegamos à conclusão do tema proposto: A ocupação habitacional no município de Itapetininga encontra-se em situação precária.

Utilizamos às aulas do curso de Especialização em Gestão de políticas públicas onde constatamos em nossa primeira aula, realizada com professor Tadeu, a questão da apropriação da terra (propriedade) e a existência de Leis e processos de burocratização que nada mais servem se não para proteger a propriedade, como cartórios, polícia, governo e todo seu aparato para preservar a propriedade tão somente, jamais para viabilizar a função social dela, entendendo assim que o Estado é uma organização política com mecanismos para garantir a propriedade e o

acúmulo, responsável por proteger a propriedade e atuar nos conflitos entre as pessoas no que diz respeito a terra. No segundo encontro presencial tivemos a oportunidade de entender o estado capitalista e a importância da governabilidade para recolher informações sobre os problemas de moradia enfrentados pela população, as dificuldades no desenvolvimento e implantação dos projetos de moradia popular, como o programa Minha Casa Minha Vida, destacando os entraves burocráticos dos mais diversos órgãos que tem responsabilidades com a implantação de empreendimentos habitacionais, bem como a luta contra os latifundiários e a grande especulação imobiliária em torno da terra. Assim relacionamos nosso tema com as aulas do curso.

Com base na Constituição Federal de 1988, e na aplicação do Estatuto das Cidades, o trabalho procura desenvolver o tema Moradia relacionando-o junto com as políticas públicas desenvolvidas nessa área, a falta de cumprimento das leis, os órgãos que não atuam como deveriam e a falta de instrumentos legais que garantam o acesso da população sobre o território. É necessário refletir também, sobre o tipo de cidade que se está construindo, e se as políticas públicas estão possibilitando a população o acesso a equipamentos públicos como meios de transporte coletivo de qualidade, equipamentos de acesso a cultura, esporte e lazer, superando a lógica segregacionista do modelo urbano brasileiro, e trabalhando uma sociedade mais cosmopolita.

FLUXOGRAMA



PARTE 2 – COMENTÁRIO ANALÍTICO DOS NÓS EXPLICATIVOS

Porque esses nós explicativos analisados, são efetivamente nós críticos. Satisfazendo três condições que os caracterizam.

Condições para que os nós explicativos sejam críticos:

1. Ser centros práticos de ação, isto é, o ator que declara o problema pode atuar prática, efetiva e diretamente sobre eles sem precisar atuar sobre suas causas;
2. Ser nós explicativos que, se resolvidos ou “desatados”, terão alto impacto sobre o problema declarado; e
3. Ser centros oportunos de ação política, ou seja, seu ataque deve ser politicamente viável durante o período definido pelo ator como relevante e a ação possui uma relação custo-benefício favorável.

Nós críticos apresentados pelo grupo:

1. Instrumentos urbanísticos do Estatuto das Cidades não são aplicados;
 2. Pouca ou nenhuma participação popular na criação de regulamentos especificados no Estatuto das Cidades, dentro do plano diretor;
 3. Entraves burocráticos para aprovação de projetos habitacionais – da aquisição do terreno até a construção da unidade habitacional;
- **NC 1 - Instrumentos urbanísticos do Estatuto das Cidades não são aplicados.**

O uso inadequado dos instrumentos já disponibilizados para combater a especulação imobiliária, a maioria deles descritos no Estatuto das Cidades, como IPTU progressivo, direito de preempção, instituto do abandono, parcelamento e utilização compulsório do solo, outorga onerosa do direito de construir, etc. e a regulamentação desses instrumentos jurídicos, depende do Município.

- **NC2 - Pouca ou nenhuma participação popular na criação de regulamentos especificados no Estatuto das Cidades, dentro do plano diretor.**

Formular mecanismos para efetiva participação popular no processo decisório de formulação da regulamentação do Estatuto das cidades, dentro do plano diretor, fortalecendo os conselhos populares no setor.

- **NC3 - Entraves burocráticos para aprovação de projetos habitacionais – da aquisição do terreno até a construção da unidade habitacional.**

O excesso de burocracia implementado pelo *status quo* atual que dificulta a elaboração de projetos habitacionais visando recursos para a construção de moradias populares.

Sendo o(a) autor(a) secretário(a) de planejamento da cidade, ele (a) pode atuar efetivamente com outros atores no intuito de regularizar essas questões. O(A) secretário(a) tem, também, ação política, o que possibilita a viabilidade política das ações. Acreditamos que atuando sobre os pontos acima mencionados, provocar-se-á melhora nas condições de habitação no município, e desenvolvimento urbano da cidade, possibilitando a estruturação de uma cidade que proporcione bem estar aos seus cidadãos.

PARTE 3 – ÁRVORE DO PROBLEMA

Nó Crítico	Ações	Resultado das ações
<p>NC 1 – Instrumentos urbanísticos do Estatuto das Cidades não são aplicados</p>	<p>1.1- Regulamentação de plano diretor que garanta a efetividade dos instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto das Cidades.</p> <p>1.1.1 – Implementação do IPTU progressivo.</p> <p>1.1.2 Parcelamento, edificação ou utilização compulsório – notificação da Prefeitura para o proprietário indicando que tem um prazo para que a área seja utilizada ou construída.</p> <p>1.1.3 Desapropriação com pagamento em título da dívida pública – se o proprietário ainda se recusar a dar uma utilidade ao imóvel, a Prefeitura poderá desapropriá-lo; a indenização será calculada com base no valor venal do IPTU, descontando os custos da urbanização realizada pelo Poder Público.</p> <p>1.1.4 Direito de Preferência (Preempção) – dá ao Município a prioridade para a compra de um imóvel antes que seja colocado à venda.</p> <p>1.1.5 Outorga Onerosa do Direito de Construir – é a possibilidade de, em áreas urbanizadas, construir-se mais no terreno ou alterar-se o uso do solo mediante uma contrapartida do empresariado. Devem ser respeitados, sempre, os limites máximos de construção estabelecidos no Plano Diretor,</p>	<p>Diminuição da especulação imobiliária, fazendo com que a terra tenha preço justo, viabilizando a construção de empreendimentos habitacionais.</p> <p>Diminuir a concentração de terras na mão de poucos proprietários.</p> <p>Viabilizar ou facilitar a desapropriação de terras em vazios urbanos para utilização na construção de habitações de interesse social.</p>

	<p>de acordo com a infra-estrutura existente.</p> <p>1.2- Articular politicamente para que com os órgãos públicos envolvidos deliberem no sentido de demarcar Z.E.I.'s em áreas bem localizadas do município para construção de habitação de interesse social.</p>	
<p>NC 2 – Pouca ou nenhuma participação popular na criação de regulamentos especificados no Estatuto das Cidades, dentro do plano diretor.</p>	<p>2.1 – Criar conselhos que efetivem a participação popular na criação e regulamentação do plano diretor.</p> <p>2.2- Desenvolver programas de capacitação popular para atuação nos conselhos municipais ligados a área habitacional.</p>	<p>Participação popular de forma qualificada, garantindo políticas públicas habitacionais que desenvolvam a cidade e garantam o acesso a terra.</p>
<p>NC 3 – Entraves burocráticos para aprovação de projetos habitacionais – da aquisição do terreno até a construção da unidade habitacional</p>	<p>3.1 – Alterar legislações para facilitar a aprovação dos projetos habitacionais e assim regularizar os assentamentos irregulares e buscar acesso mais fácil aos recursos.</p>	<p>Mais financiamentos através de recursos de outros entes, tanto para a regularização de bairros irregulares como para a construção de moradias populares.</p>

PARTE 4 - PLANO DE AÇÃO

NC 1: Instrumentos urbanísticos do Estatuto das Cidades não são aplicados.

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos	Responsável
A.1.1 Regulamentação de plano diretor que garanta a efetividade dos instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto das Cidades	<p>1.1.1 Contratar equipes ou designar funcionários capacitados para elaboração do plano diretor.</p> <p>1.1.2 Realizações de Sessões ordinárias em associações e entidades parceiras.</p> <p>1.1.3 Inserir no Plano Diretor todos os instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto das Cidades.</p> <p>1.1.4 Desenvolver um mapa de zoneamento no Plano diretor direcionando</p>	<p>Recursos humanos;</p> <p>Recursos Financeiros;</p> <p>Recursos tecnológicos;</p>	Dois primeiros anos de mandato.	Departamento de Desenvolvimento Urbano e setor Jurídico.

	ou demarcando os vazios urbanos como ZEIS.			
A 1.2 Articular politicamente para que com os órgãos públicos envolvidos deliberem no sentido de demarcar Z.E.I.'s em áreas bem localizadas do município para construção de habitação de interesse social.	1.2.1 Palestras e cursos especializados sobre aplicação e benefícios do Estatuto das Cidades em âmbito municipal.	Recursos Humanos; Recursos Financeiros;	Durante os dois primeiros anos de mandato e depois periodicamente.	Departamento de Desenvolvimento Urbano e setor Jurídico.

NC 2: Falta de transparência dos atos legislativos.

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos	Responsável
A2.1 Pouca ou nenhuma participação popular na criação de regulamentos especificados no Estatuto das Cidades, dentro do	2.1 – Criar conselhos que efetivem a participação popular na criação e regulamentação do plano diretor. 2.2- Desenvolver programas de capacitação popular para atuação nos conselhos municipais ligados a área	Recursos humanos e políticos; Equipamentos de informática e eletrônica;	Primeiro semestre do mandato.	Setor de informática e comunicação; Gabinete do Prefeito;

plano diretor.	habitacional.			
----------------	---------------	--	--	--

NC 3: Entraves burocráticos para aprovação de projetos habitacionais – da aquisição do terreno até a construção da unidade habitacional.

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos	Responsável
3.1. Alterar legislações para facilitar a aprovação dos projetos habitacionais e assim regularizar os assentamentos irregulares e buscar acesso mais fácil aos recursos.	3.1.1 Criação de comissão para rever a legislação existente, otimizando as aprovações. 3.1.2 Realização de audiência pública para debater a nova legislação;	Equipe técnica; Engenheiros e arquitetos; Advogados; Recursos financeiros;	Até o segundo ano de mandato	Gabinete do Prefeito; Secretário de Planejamento; Secretário jurídico; Secretaria de Comunicação;

PARTE 5 – ANÁLISE DE ATORES

Ação A 1.1. Regulamentação de plano diretor que garanta a efetividade dos instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto das Cidades.

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Prefeitura	Administrativo	Falta de recursos financeiros e humanos;	Viabilizando todo o Plano, materialmente, elaborando uma proposta modelo e designando equipes	Ficar inerte	Apresentar proposta que vão de encontro com a base eleitoral dele.
População	Local, Mobilização.	Não tem cultura de participação, desconhece a as regras do Plano Diretor.	Participando, mobilizando o bairro.	Boicotando as reuniões, incentivando a descrença em relação ao Plano Diretor	Constituir um processo de formação, explicando e demonstrando os benefícios para o povo.
Câmara de Vereadores	Votação	Não aprovação do Plano – Lei Municipal.	Incentivando a população a participar e votando as medidas necessárias propostas pelo executivo;	Não votando	Designar reuniões e técnicos para apresentação aos vereadores, demonstrando os benefícios para a população;

Ação 1.2 Articular politicamente para que com os órgãos públicos envolvidos deliberem no sentido de demarcar Z.E.I.'s em áreas bem localizadas do município para construção de habitação de interesse social.

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Prefeitura	Administrativo	Falta de recursos financeiros e humanos;	Organizando e elaborando propostas para os grupos, realizando chamamentos aos movimentos de moradia para participar ativamente	Ficar inerte	Apresentar proposta que vão de encontro com a base eleitoral.
População / Movimentos sociais de moradia	Local, Mobilização.	Não tem cultura de participação, desconhece a as regras do Plano Diretor.	Participando, mobilizando o bairro.	Boicotando as reuniões, incentivando a descrença em relação ao Plano Diretor	Constituir um processo de formação, explicando e demonstrando os benefícios para todos.

Ação 2.1 Pouca ou nenhuma participação popular na criação de regulamentos especificados no Estatuto das Cidades, dentro do plano diretor;

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Prefeitura	Administrativo	Falta de recursos financeiros e humanos;	Organizando e financiando cursos ou palestras para preparação dos movimentos.	Ficar inerte	Apresentar proposta que vão de encontro com a base eleitoral.
População / Movimentos sociais de moradia	Local, Mobilização.	Não tem cultura de participação, desconhece a as regras do Plano Diretor.	Participando, mobilizando o bairro.	Boicotando as reuniões, incentivando a descrença em relação ao Plano Diretor	Constituir um processo de formação, explicando e demonstrando os benefícios para todos.

Ação 3.1 Alterar legislações para facilitar a aprovação dos projetos habitacionais e assim regularizar os assentamentos irregulares e buscar acesso mais fácil aos recursos.

Ator	Recurso que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como Atuar em relação a este Ator?
Prefeitura	Administrativo	Falta de recursos financeiros e humanos;	Viabilizando todo o Plano, materialmente, elaborando uma	Ficar inerte	Apresentar proposta que vão de encontro com a base eleitoral

			proposta modelo e designando equipes		dele.
População	Local, Mobilização.	Não tem cultura de participação, desconhece as regras do Plano Diretor.	Participando, mobilizando o bairro.	Boicotando as reuniões, incentivando a descrença em relação ao Plano Diretor	Constituir um processo de formação, explicando e demonstrando os benefícios para o povo.
Câmara de Vereadores	Votação	Não aprovação do Plano – Lei Municipal.	Incentivando a população a participar e votando as medidas necessárias propostas pelo executivo;	Não votando	Designar reuniões e técnicos para apresentação aos vereadores, demonstrando os benefícios para a população;

PARTE 6 – ANÁLISE DE RISCOS E FRAGILIDADES

NC1 - Instrumentos urbanísticos do Estatuto das Cidades não são aplicados;

Perguntas orientadoras	Análise da equipe
1 – As ações propostas para equacionar os Nós Críticos podem gerar efeitos indesejáveis (por ex.: efeitos sociais ou ambientais)?	Sim podem causar efeitos indesejáveis, pois aplicar instrumentos urbanísticos é enfrentar a elite econômica da cidade, e enfraquecer seus privilégios, o que pode gerar desgaste para o governo, tendo em vista que a classe atingida controla os meios de comunicação.
2 – Existem aspectos técnicos, jurídicos ou políticos nas ações propostas que podem resultar em efeitos negativos? Quais?	Sim, por parte do grupo mais conservador que será certamente atingido em sua situação patrimonial. Porém realizando e de forma gradativa e conquistando apoio da população isso pode ser amenizado;
3 - Qual o principal ponto fraco do projeto? E o que pode ser feito para prevenir ou corrigir?	Vontade política das equipes. Treinamento e capacitação técnica.
4 – O que pode ser feito para garantir a implementação das ações propostas?	Para efetivação, teríamos que colocar tudo em leis e conseguir apoio popular das entidades e movimentos de luta por moradia.
5 – Os recursos disponíveis são suficientes para realizar o projeto?	Sim, tendo em vista o baixo investimento necessário;

NC2 - Pouca ou nenhuma participação popular na criação de regulamentos especificados no Estatuto das Cidades, dentro do plano diretor.

Perguntas orientadoras:	Análise da equipe
1 – As ações propostas para equacionar os Nós Críticos podem gerar efeitos indesejáveis (por ex.: efeitos sociais ou ambientais)?	Sim, pois possivelmente poderá gerar um conflito de interesses entre os atores envolvidos;
2 – Existem aspectos técnicos, jurídicos ou políticos nas ações propostas que podem resultar em efeitos negativos? Quais?	Sim, políticos, pois a classe dominante será atingida, dentre eles empresários e fazendeiros, inclusive donos dos meios de comunicação da cidade;
3 - Qual o principal ponto fraco do projeto? E o que pode ser feito para prevenir ou corrigir?	Não conseguir mobilizar as entidades e movimentos;
4 – O que pode ser feito para garantir a implementação das ações propostas?	Organização da sociedade civil de forma a acompanhar o trabalho do administrativo e legislativo e elaborar a partir de então, carta de intenções de ações.
5 – Os recursos disponíveis são suficientes para realizar o projeto?	Sim.

NC3 - Entraves burocráticos para aprovação de projetos habitacionais – da aquisição do terreno até a construção da unidade habitacional;

Perguntas orientadoras:	Análise da equipe
1 – As ações propostas para equacionar os Nós Críticos podem gerar efeitos indesejáveis (por ex.: efeitos sociais ou ambientais)?	Sim, ao ponto que flexibilizaria o arcabouço jurídico de proteção a propriedade.
2 – Existem aspectos técnicos, jurídicos ou políticos nas ações propostas que podem resultar em efeitos negativos? Quais?	Sim. Enfrentamento com os setores mais conservadores da sociedade, inclusive judiciário e MP.

3 - Qual o principal ponto fraco do projeto? E o que pode ser feito para prevenir ou corrigir?	O próprio corpo técnico desacreditar nas propostas;
4 – O que pode ser feito para garantir a implementação das ações propostas?	Contratação de uma empresa e formação de uma comissão para estudar a viabilidade de cada ação.
5 – Os recursos disponíveis são suficientes para realizar o projeto?	Sim.

PARTE 7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os elementos abordados nas 18 unidades de aprendizagem deste curso nos deram uma boa abrangência dos desafios para a aplicação da função social da propriedade, no desenvolvimento de políticas habitacionais de interesse social, em especial no âmbito municipal, sob o prisma local, estadual e nacional. Observamos que historicamente, o sistema habitacional no país foi tratado como uma ferramenta de desenvolvimento voltado apenas aos interesses das classes dominantes, latifundiários e especuladores imobiliários, e que desde os primórdios do período colonial, as massas foram excluídas do processo habitacional, porque não cabiam no processo de formatação e estruturação do “Estado Herdado”, que persistiu e até se aprofundou após a independência do jugo português.

Em um determinado momento, para atender às novas demandas do mundo capitalista, o mercado passou a segregar, expulsando os pobres de áreas que a especulação imobiliária queria obter lucros, criando unidades habitacionais em descompasso com os interesses da população de modo geral. Entretanto, tendo em vista a existência do Estado e todo seu arcabouço jurídico criado para proteger a propriedade, fez com que o déficit habitacional, principalmente de pessoas e famílias consideradas vulneráveis socialmente, uma vez que há entraves tremendos para que a função social da propriedade, para desenvolver políticas habitacionais de interesse social, uma vez que tais moradias não geram lucros. O objetivo das classes dominantes era ampliar o déficit habitacional, principalmente para que haja lucros maiores, por conta da demanda, de aluguel de imóveis, tendo em vista que uma mesma pessoa possui vários imóveis, enquanto muitas outras não possuem nenhum, ou vivem em áreas de ocupação, em situação muitas vezes degradantes.

A partir da constituição de 1988, a moradia passa a ser um direito constitucional, portanto, um direito de todos. A propriedade passa a ter que exercer a sua função social. Como direito universal, deve ser garantido pelo estado que, para cumpri-lo necessita aparelhar-se, fornecendo a todos, independente de raça, sexo, religião ou classe social, os meios necessários para que todos tenham uma casa digna para morar. Esse direito não se restringe apenas a garantir o acesso à moradia, mas também a realização de prestações positivas de naturezas diversas por parte do poder público.

Contudo, com um sistema habitacional que apesar de inclusivo é excludente, a oportunidade de acesso para a massa popular não foi acompanhada de políticas públicas que pudessem garantir acesso a moradia digna para a maioria da população, em especial a de baixa renda. A ausência de criação de condições e oportunidades apropriadas e um modelo habitacional realizado de forma desconexa e elaborado, em grande parte, pela classe dominante e sem a participação popular na elaboração dos projetos habitacionais, produziu algumas distorções que até hoje não foram ajustadas. Uma retrospectiva histórica nos permite perceber os meandros da gestão pública habitacional: com uma política clara de colocar a população de baixa renda cada vez para mais longe das cidades, sem nenhum aparelho estatal disponível (escola, hospital, transporte público), criando verdadeiros bolsões de pobreza, somado a isso as ocupações em locais que oferecem risco a vida e totalmente insalubres.

As unidades de aprendizagem do curso, os vídeos e textos assimilados, bem como as discussões entre o grupo para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso apontam para o fracasso da gestão para a aplicação da função social da propriedade, no desenvolvimento de políticas habitacionais de interesse social, no âmbito do Estado Herdado, o que vem sendo, de certa forma, a passos lentos, modificado pela nova visão da política habitacional representada pelo programa federal Minha Casa Minha Vida, porém, em que pese os esforços realizados nos últimos anos, a especulação imobiliária ainda fala mais alto na elaboração de projetos habitacionais de interesse social, principalmente no que se refere a aquisição do terreno. Depreendemos que um gestor público, inclusive na área habitacional, deve ter a compreensão do papel da sociedade no acompanhamento de suas ações, promovendo críticas, sugestões e aprimoramentos dos direitos das pessoas, com a mediação de diversos grupos isolados. Os meios de comunicação de massa, por sinal, podem exercer um papel fundamental na garantia destes direitos fundamentais das pessoas, ou mesmo de povos inteiros, por reunirem condições de desempenhar pressão e acompanhamento do poder constituído, onde quer que ele esteja manifestado. A imprensa, denominada por muitos como “O Quarto Poder”, faz a mediação entre os diversos atores sociais, dando ênfase às demandas destes setores. Uma das correntes teóricas do Jornalismo, por exemplo, chamada de “Teoria do Espelho”, baseada na filosofia positivista de Auguste Comte, que afirmava que era dever do profissional da imprensa descrever objetivamente os fatos, doa a quem doer, sendo um espelho da sociedade.

Entretanto, justamente essa capacidade de representação da sociedade (sem um mandato conferido por lei, mas em certa maneira, cumprindo essa função ao selecionar os assuntos dignos do interesse público), está sendo utilizada no Brasil, assim como em outras partes do mundo, de forma contrária aos interesses de quem, em última instância, está obtendo a informação.

Nessa subversão da ação dos meios de comunicação, os proprietários dos veículos acabam se apropriando também da informação, manipulando-a de acordo com os seus próprios interesses, ou dos grupos politicamente dominantes. Em relação à habitação, objeto de nosso trabalho de conclusão de curso, não foi diferente. A imprensa atacou diversas iniciativas que visavam a transformação, ou ao menos a estruturação, do sistema habitacional, principalmente defendendo o interesse dos latifundiários e dos proprietários de diversos imóveis urbanos.

Para persecução dos objetivos de transformação do “Estado Herdado” no “Estado Necessário”, é prudente dotar o aparato estatal de novos modelos de comunicação, menos calcados na dependência da grande imprensa e voltados ao contato direto com as demandas da população, expressas em instrumentos de participação e definição de políticas públicas populares, fomentando o caráter deliberativo destes foros e fazendo uso de novas ferramentas de comunicação, como as redes sociais, imprensa alternativa, mídia comunitária, entre outros. Outro elemento preponderante no campo de atenção de qualquer gestor público é a forma como ele se relaciona com a opinião pública. Nenhum gestor, da presidenta da República a um diretor de autarquia municipal, por exemplo, pode desconsiderar a relevância deste segmento no acompanhamento e na execução de seus projetos. Neste caso, o conceito de opinião pública, muito bem explicitado nos textos da Unidade 18 de nosso curso, não engloba apenas os meios de comunicação de massa, tratados na unidade de aprendizagem anterior. O gestor que prioriza apenas o relacionamento com a imprensa, permitindo que esta seja o único canal de mediação entre suas realizações e a população, acaba sendo refém da “boa vontade” da cobertura editorial dos veículos de comunicação, sobretudo da denominada “grande imprensa”, que muitas vezes são contrários aos planos de governo de gestões de esquerda.

Tomando como base o argumento proposto em todo o curso, de buscar uma transformação das estruturas do “Estado Herdado” para o “Estado Necessário”, é de suma importância que o gestor público desenvolva instrumentos de aproximação entre o governo e a comunidade, para uma correta percepção de todos os públicos das

realizações do mandato eletivo, fornecendo subsídios que permitam avaliações mais próximas à realidade, por parte dos eleitores. Para tanto, o gestor deve se cercar de instrumentos que fortaleçam sua relação com a comunidade, como por exemplo, a realização de pesquisas de opinião livres, de forma a compreender quais pontos da gestão foram assimilados, quais são passíveis de melhoramentos e aprofundamentos, e quais deles estão distantes da realidade e das demandas de parcelas da população. Esta ferramenta, mediada por institutos de pesquisa confiáveis, é um valioso relato de mensuração da popularidade de um governo, e do quanto a sua plataforma eleitoral vitoriosa, que lhe permitiu ser empossado, está sendo atendida pelas ações implementadas ou em gestação.

Na área da habitação, notadamente de interesse social, tema de nosso TCC, o gestor público deve observar atentamente se suas políticas estão sendo transmitidas a todos os atores envolvidos na implementação, execução e cumprimento das iniciativas. Aproximar os secretários envolvidos com a questão; conhecer as demandas das famílias; facilitar o acesso; criar mecanismos de acompanhamento, cobrança, proposição de projetos e alocação de recursos, por meio de fóruns, audiências públicas e a criação de um Orçamento Participativo, são demandas que podem ser avaliadas para uma melhor formatação da opinião pública acerca de um governo, respeitando sempre as particularidades locais.

Por fim, conclui-se que, com base na Constituição Federal de 1988 e na aplicação do Estatuto das Cidades, o trabalho procurou desenvolver o tema moradia relacionando-o junto com as políticas públicas desenvolvidas nessa área, a falta de cumprimento das leis, os órgãos que não atuam como deveriam e a falta de instrumentos legais que garantam o acesso da população sobre o território. É necessário refletir também, sobre o tipo de cidade que se está construindo e se as políticas públicas estão possibilitando a população o acesso a equipamentos públicos como meios de transporte coletivo de qualidade, equipamentos de acesso a cultura, esporte e lazer, superando a lógica segregacionista do modelo urbano brasileiro e trabalhando uma sociedade mais cosmopolita.

PARTE 8 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. Neodesenvolvimentismo e Estado neoliberal no Brasil. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/12/02/neodesenvolvimentismo-e-estado-neoliberal-no-brasil/> , 02/12/2013.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Imperialismo: Segunda Fase do Capitalismo. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/imperialismo_segunda_fase_do_klismo_nov08.pdf

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Por uma História da Esquerda Brasileira. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 333-353.

BATISTA, Paulo Nogueira. O CONSENSO DE WASHINGTON. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. 1994. Disponível em: http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf

BRAGA, Ruy. Nova Classe Perigosa. BolgBoitempo. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2014/02/14/nova-classe-perigosa/> , 14/02/2014.

CANDIDO, Antonio. Antonio Candido indica 10 livros para conhecer o Brasil. Bolg da Boitempo. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/05/17/antonio-candido-indica-10-livros-para-conhecer-o-brasil/> . 17/05/2013.

CHAUÍ, Marilena e Marco Aurélio Nogueira. O Pensamento Político e a Redemocratização do Brasil. Lua Nova, São Paulo, 2007, p. 174 a 227.

CHAUÍ, Marilena. Nova classe trabalhadora: enigmas? Sítio Fundação Perseu Abramo. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/content/nova-classe-trabalhadora-enigmas> , 08/08/2013.

DAGNINO, Renato Peixoto. A Capacitação de Gestores Públicos: Uma Aproximação ao Problema sob a Ótica da Administração Política. Publicado em Revista Brasileira de Administração Política. Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Vol 6, 1 de abril de 2013.

_____. Planejamento Estratégico Governamental. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009.

DAVIES, Nicolas J. S. Os EUA e a “Democracia”: Discurso Esfarrapado. Disponível em: <http://outraspalavras.net/posts/os-eua-e-a-democracia-discurso-esfarrapado/> , 18/03/2014.

FERREIRA, Ligia Fonseca. Luiz Gama por Luiz Gama: carta a Lúcio de Mendonça, in: Teresa. Revista de Literatura Brasileira da USP [n. 8/9], São Paulo, p. 300-321.

FIGUEREDO, Luciano. História do Brasil para Ocupados, coletânea de artigos. Ed. A Casa da Palavra, Rio de Janeiro, em 2013.

FIORI, José Luís. O Brasil e a África negra. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/O-Brasil-e-a-africa-negra/29666> .

_____. O Capitalismo Feliz. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/O-capitalismo-feliz/26682> .

_____. Estranha Forma de Governar O Mundo. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Estranha-forma-de-governar-o-mundo/20837>

_____. Olhando para a Esquerda. Economia Política Internacional: Análise Estratégica n. 9 – jul./dez. 2006, p. 70 a 90.

_____. Projeto Nacional e Popular é Desafio para o PT. Carta Maior, 26/10/2012. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Projeto-nacional-e-popular-e-desafio-para-o-PT/20753>

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa – 2ª impressão da 43ª ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. Pedagogia do oprimido – 50ª ed. revisada e atual – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GARCIA, Marco Aurélio. Balanço da era FHC. Teoria e Debate, número 51. Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/balanco-da-era-fhc> , 01/02/2006.

GENRO, Tarso. A Internacional do Capital Financeiro. Carta Maior. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-Internacional-do-Capital-Financeiro/4/31273> , 29/06/2014.

_____. A Internacional do Capital Financeiro. Carta Maior. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-Internacional-do-Capital-Financeiro/4/31273> , 29/06/2014.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. O Imperialismo, o Sistema Internacional e o Brasil: Reflexões Sobre a Política Internacional. Gráfica Santuário para a Fundação Perseu Abramo, 2014.

GURGEL, A.E. Ações Cívicas de Liberdade: Fonte Para Um Estudo de História da Escravidão no Brasil. Monografia de pós-graduação lato sensu em História do Brasil. Niterói: UFF, 1999.

HALL, Stuart. A Identidade Cultural na pós-modernidade; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracema Lopes Louro. 9 edição. Rio de Janeiro: DP & A, 2004.

LAKATOS, Eva Maria e Marina de Andrade Marconi. Metodologia do trabalho científico: procedimento básico, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. – 6ª ed. – São Paulo: Atlas, 2001.

LENINE, Vladimir Ilitch. O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo. Editorial Avante! Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1984.

KEHL, Maria Rita. Os crimes do Estado se Repetem como Farsa. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/1250962-os-crimes-do-estado-se-repetem-como-farsa.shtml>

MAGRO, Maíra. Entrevista Noam Chomsky: "Capitalismo só existe no terceiro mundo". Disponível em: <http://www.cafecomsociologia.com/2011/02/chomsky-sobre-o-capitalismo.html>

MARTINS, Carlos Estavam. Vinte anos de democracia? Revista Lua Nova, no.64 São Paulo Jan./Apr. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452005000100003

MASCARO, Alysso Leonardo. Estado e neoliberalismo: a aliança que sustenta o capitalismo. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/05/24/estado-e-neoliberalismo-a-alianca-que-sustenta-o-capitalismo/>, 24/05/2013.

MATEOS, Simone Biehler. Participação popular: a construção da democracia participativa. Publicado na revista Desafios do Desenvolvimento do IPEA. Disponível em: http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2493:catid=28&Itemid=23

MIGLIOLI, Jorge. É Só Mais Uma Crise. Crítica Marxista, n.29, p.19-24, 2009. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie51dossie2.pdf

MOARES, Reginaldo C. Neoliberalismo - de onde vem, para onde vai?, Texto integral do livro publicado pela editora Senac, S. Paulo, em 2001, p. 30 a 38 e 61 a 76.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa (org.). Currículo: Questões atuais. 18ª ed. – Campinas: Papirus, 2011.

O'DONNELL, Guilherme. Anotações para uma Teoria do Estado.

ORTIZ, Renato. Imagens do Brasil. Revista Sociedade e Estado - Volume 28 Número 3 Setembro/Dezembro 2013.

Pereira, Eduardo Tadeu. Educação Política: um estudo sócio-analítico e institucional da Fundação Nativo da Natividade. Campinas: UNICAMP, 1999. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação da Unicamp.

_____. O modo Petista de Governar.

Pomar, Wladimir. Brasil, Crise Internacional e Projetos de Sociedade. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

_____. Brasil, crise internacional e projetos de sociedade. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

_____. Brasil, crise internacional e projetos de sociedade. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

REIS, Daniel Aarão. Lutas Sociais, Reformas e Revolução. Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/lutas-sociais-reforma-e-revolucao?page=full#sthash.0TCHzEe1.dpuf>

_____. O Partido dos Trabalhadores – Trajetória, Metamorfoses, Perspectivas. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/culturaspolicas/files/daniel4.pdf>

Revista Teoria e Debates. Especial Cidades, no 133, em fevereiro de 2015. Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/especial-cidades>

ROIO, Marcos Del. UMA NOTA SOBRE A TEORIA DO IMPERIALISMO (1902-1916). Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT3/gt3m4c6.pdf>

SADER, Emir. Capitalismo, o que é isso?. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/capitalismo-o-que-e-isso>

_____. Por que a extrema esquerda fracassou. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Blog/Blog-do-Emir/Por-que-a-extrema-esquerda-fracassou/2/29430> .

SANTOS, Boaaventura de Souza. O impensável Aconteceu: o Estado voltou a ser a solução. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Coluna/O-impensavel-aconteceu/19467> , 24/09/2008.

SANTOS, José Antônio Lobo dos. A geografia da acumulação despossessão. Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/internacional/geografia-da-acumulacao-por-despossessao?page=full#sthash.Pi53nYfB.dpuf>

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 13ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2006.

SASSON, Danald. Sobre o socialismo no século XX. Fonte: Especial para Gramsci e o Brasil. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=74>, 2000 Tradução: Luiz Sérgio Henriques.

SCLIAR, Moacyr. Falando Mal de Política (e do Governo).

SILVA, Antônio Ozaí. Esboço para a História da Esquerda no Brasil. Revista Espaço Acadêmico. Ed. 103, 2009, p. 90 a 107.

SILVA, Edinho. Folha de São Paulo, 17/02/2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/88959-os-desafios-do-modo-petista-de-governar.shtml>

SINGER, Paul. Internacional: A globalização e o Brasil no fim do segundo milênio. Teoria e Debate nº 44 - abr/maio/junho de 2000. Publicado em 18/04/2006. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-antteriores/internacional-globalizacao-e-o-brasil-no-fi>

_____. Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo. Novos Estudos 85. Novembro 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n85/n85a04.pdf>

TAVARES, Maria da Conceição. Política e Economia na Formação do Brasil. Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/economia/politica-e-economia-na-formacao-do-brasil?page=full#sthash.SXhHBXVl.dpuf> .

_____. A Era das Distopias. Revista Quo vadis? INTELIGÊNCIA INSIGHT. Janeiro/fevereiro/março-2014, p. 20 a 28.

WAISSBLUTH, M. La Reforma del Estado en América Latina: Guía Abraviada para Exploradores en la Jungla. Santiago: Programa Latinoamericano de Gerencia Pública, 2000.

Vídeos

A batalha de Argel (2h01'): http://www.youtube.com/watch?v=PB-xK_ViPck&list=PLh2737iaCEHd0b4bhwhFs_PrMOjOD_0M&feature=share&index=9

A Corporação (2h25'): http://www.youtube.com/watch?v=Zx0f_8FKMrY

A Crise do Capitalismo David Harvey (11'): <http://youtu.be/d5CzZqauTVs>

A Doutrina do Choque (The Shock Doctrine) (1h18'): <https://www.youtube.com/watch?v=Y4p6MvwpUeo>

A Era da Incerteza (John Kenneth Galbraith para a BBC) (58'): <http://youtu.be/9gDEpgZPtGg>

A Guerra contra a Democracia (War on Democracy) (1h33'): <http://www.youtube.com/watch?v=dmYo8xrHI9M>

A Guerra de Canudos (2h49'): <http://www.youtube.com/watch?v=P4OYhj7Io0E>

A Guerra Fria na América Latina (46'): <http://www.youtube.com/watch?v=kxqlH8D4rR8>

A história das coisas (22'): <https://www.youtube.com/watch?v=xEgPp1VGWsM>

A História do Brasil por Bóris Fausto: A Era Vargas (27'): <http://youtu.be/-IZ0VmTsIFE>

A imprensa paulista na ditadura 1964-1985 (26'): <http://www.youtube.com/watch?v=kgid8LP2TFw&feature=share&list=PL2A3F8B6169065796&index=3>

A mundialização do final do século XX (12'): http://youtu.be/IDb5NdvY6_8

A Servidão Moderna (57'): <https://www.youtube.com/watch?v=Ybp5s9ElmcY>

Ao Sul da Fronteira (1h17'): <http://youtu.be/mB-C6Ftaz7E>

Ao Sur de la Frontera – Oliver Stone (1h17'): <http://youtu.be/6xjXbH0FHUK>

Aula Prof. Renato – encontro presencial do dia 8 de agosto: http://tv.blogoosfero.cc/watch_video.php?v=8N8G994D58HG

BRASIL, UMA HISTÓRIA INCONVENIENTE (46'): <https://www.youtube.com/watch?v=t821sT4AoUY>

Capitalismo Selvagem (1h25'): <http://youtu.be/4bk-Sr6uDrg>

Capitalismo uma história de amor (2h07'): <http://www.youtube.com/watch?v=FaMRSjiL4IE>

Casa Grande e Senzala: https://www.youtube.com/watch?v=bGmtS_ybTpg

Casa Grande e Senzala: <https://www.youtube.com/watch?v=NdK8amOJqEg>

Catastroika (1h27'): <http://youtu.be/RXYAJF9ZmkY>

Consenso Fabricado: Chomsky e a Mídia (2h49'): <http://youtu.be/1IFKcdwCpwm>

Consenso de Washington (26'): <http://youtu.be/ehExqdYlerU>

Conversas do Mundo - Boaventura de Sousa Santos e Tarso Genro (2h): <http://youtu.be/1q6uoNgyEfc>

Desaparecido (Missing) (1h57'): <https://www.youtube.com/watch?v=CeE5KaodTBU>

10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma (1h16'): (há livro com o mesmo nome) <http://youtu.be/FeP4rWe0zdw>

Diferença entre Direita e Esquerda (6'): <https://www.youtube.com/watch?v=5pPsAAAnNH0>

Dividocracia (1h14'): <http://youtu.be/nwlJDAufvnM>

Doutrina do Choque (1h 18'): <http://youtu.be/eFvjHbr0bhk>

Enron: os caras mais espertos da classe (1h49'): <http://youtu.be/Nd0vsLCIQxE>

Entendendo a Crise de 1929 (50'): http://youtu.be/IDb5NdVY6_8

Entreatos (1h56'): <http://youtu.be/CAa9zGxFXWo>

Entrevista com Lula ao programa Hard Talk (BBC) (22'): <http://youtu.be/CoLZCDuTqgA>

Entrevista Roda Viva com Paul Singer (1h29'): http://youtu.be/NI5L_oVItAE

Episódio 2 (25'): http://tv.blogosfero.cc/watch_video.php?v=DK773613OUKK

Episódio 3 (27'): http://tv.blogosfero.cc/watch_video.php?v=NS72NUDM946B

Esquerda e Direita SIM (17'): http://www.youtube.com/watch?v=h9LG3_ztAYY

Globalização: O mundo global visto do lado de cá - Milton Santos (1h30'): http://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW_mnM&feature=share&list=PLM_o_oXGEDP5X3qsCt4TMzjrNE-5lO06v

Globo e os protestos (6'): <http://www.youtube.com/watch?v=UiVDtWb7K48>

HISTÓRIA DO BRASIL por Bóris Fausto (3h): <http://historiaonline.com.br/hotv/documentarios/historia-do-brasil-boris-fausto/>

História que construímos (Brasil): 1ª parte (15') A Geração AI-5 e Anistia
[http://youtu.be/ x4ryfhcsdg](http://youtu.be/x4ryfhcsdg)

Jango (1h54'): <http://migre.me/kfaXT>

La Cuadrilla (1h32'): <http://youtu.be/I-SBRb3Y--I>

Linha de tempo (Do feudalismo ao capitalismo) (10'):
<https://www.youtube.com/watch?v=DA2j6YKmOTU>

Literatura Afro-Brasileira: Luiz Gama (18'): <http://youtu.be/nxTXptcQjLE>

Machuca (1h56'): www.youtube.com/watch?v=HvUrKzbRsfA

Manhã Cinzenta (21'): <http://youtu.be/kA34LXfwBlc>

Maria da Conceição Tavares completa 80 anos na ativa (50'):
http://youtu.be/K_qunKjZf4U

Noam Chomsky: Moralidade Distorcida (55'):
<http://www.youtube.com/watch?v=Sw9OCExlKjM>

Noam Chomsky: O Consenso Fabricado (2h49): <http://youtu.be/1IFKcdwCpwM>

O dia que durou 21 anos: Episódio 1 (26'):
http://tv.blogoosfero.cc/watch_video.php?v=5DDMW7NR3175

O ódio no Brasil – Leandro Karnal (1h56'): <http://youtu.be/iG-OGc1bufs>

O povo brasileiro - Darcy Ribeiro (4h30'): <http://youtu.be/nQCqg1J4owM>

Ornitorrinco - Será isso um objeto de desejo? - Francisco de Oliveira (44'):
<http://youtu.be/TexQgHycIV0>

Peões (1h24'): <http://youtu.be/JEde0T13kF8>

Período Democrático (29') <http://youtu.be/jcFYGRsITv0>

Por que Lutamos? (Whywefight) (1h39'): <https://vimeo.com/29896630>

1ª Aula Presencial Desconstruindo Mitos do Período Neoliberal
Exigências Colocadas para uma Gestão Pública Democrática Brasileira
Emir Sader: http://tv.blogoosfero.cc/watch_video.php?v=7BM5O9O917K7

QUEIMADA(1h52'): <http://www.youtube.com/watch?v=tQBHr8piGXI>

Raízes do Brasil I - Sergio Buarque de Hollanda (1h14'): <http://youtu.be/etUEsguoUx4>

Redemocratização (28'): <http://youtu.be/5QjXhyqq6a8>

Regime Militar (28'): <http://youtu.be/7aPAgoKZ7F4>

2ª parte (15') Diretas Já <http://youtu.be/sOVXCvrM3sc>

Sociólogo Alain Touraine faz análise do processo de globalização (23')
<http://youtu.be/nV4ApCsTwyU>

Trabalho Interno (1h48'): <http://youtu.be/5nCvO6qEbJw>

3ª parte (15') Caras-pintadas <http://youtu.be/Az-vLf5Ylqg>

13 dias que abalaram o mundo (2h25'): <http://youtu.be/1hW7PgbOdFc>

1492 (editado): <http://www.youtube.com/watch?v=O6fNI7MLnfY>

Um Longo Amanhecer. Cinebiografia de Celso Furtado (1h12'):
<https://archive.org/details/Longo.Amanhecer.Furtado>

Utopia e Barbárie (2h01'): http://youtu.be/cn9li_NePro

Vídeo aula Prof. Renato Dagnino - Encerramento do Módulo 1:
http://tv.blogoosfero.cc/watch_video.php?v=DSS4GG9358A3

Vídeo aula Prof. Renato Dagnino - Retomada dos temas do curso para iniciar o Módulo 2:
http://tv.blogoosfero.cc/watch_video.php?v=H8535SGKNU5Y

Vídeo aula 8 - Prof. Renato Dagnino – Estado Necessário: <http://youtu.be/SEt5BSKWfb8>

Wallmart, the high cost of low price (1h37'): <http://youtu.be/YvURUfKLeG0>